

nº 61 – Agosto / 2023

EDITORIAL

Prezado Membro da Rede de Ética do Poder Executivo Federal,

Faltam poucos dias para o **Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal de 2023 - Edição Norte/Nordeste**, que acontecerá em Salvador nos dias 24 e 25 de agosto, e as inscrições permanecem abertas. Não perca a oportunidade de acompanhar os debates em torno da ética no serviço público federal!

Após o fim das inscrições para o **IX Concurso de Boas Práticas**, os projetos apresentados seguem para avaliação. Em breve divulgaremos o resultado. Agradecemos, desde já, a participação dos inscritos.

Já o prazo para preenchimento do formulário da **25ª Avaliação do SGEF** foi estendido até 21 de agosto. Se sua comissão não respondeu até agora, ainda dá tempo. A participação de todas as comissões é de suma importância para conhecermos a gestão da ética nas instituições públicas federais.

Também estão **abertas inscrições para duas turmas do curso de Gestão e Apuração da Ética – Avançado**. Se você já concluiu o nível Básico, inscreva-se para aprofundar ainda mais nos assuntos concernentes a uma comissão de ética setorial.

Nessa edição do Boletim trazemos informações sobre o **encerramento do mandato de dois conselheiros da Comissão de Ética Pública**: Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega e Francisco Bruno Neto. Com o fim de seus mandatos, os Conselheiros se juntam a um seleto grupo de brasileiros e brasileiras que contribuíram para o desenvolvimento de uma cultura ética perene no Estado brasileiro.

Também nessa edição tratamos sobre a participação de uma representante da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (SECEP) para falar sobre **assédio no serviço público** durante o Encontro de Avaliação do Censo, promovido pelo IBGE.

Na seção "Fala Comissão", apresentamos o **Seminário sobre Ética no Ambiente Acadêmico**, promovido pela **Comissão de Ética da Universidade Federal de Uberlândia**, que acontecerá no dia 22 de agosto.

No texto "**Minuto da Ética**", aproveitamos o mês dos pais para abordar o tema "Patrimonialismo" no serviço público. A nossa recomendação é que o "Minuto da Ética" seja distribuído e/ou veiculado nos órgãos e entidades, para disseminação de orientações sobre conduta ética e publicidade ao trabalho das comissões setoriais.

Lembre-se! O Boletim é um instrumento de todo o Sistema. Caso tenha alguma sugestão de texto a ser divulgado, escreva para nós!

Brasília, agosto de 2023.

Secretaria-Executiva da CEP

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>

DESTAQUE

Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética - Norte/Nordeste está próximo



Faltam poucos dias para a primeira etapa dos Encontros Regionais do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal de 2023 - [Edição Norte/Nordeste](#), que acontecerá em Salvador nos dias 24 e 25 de agosto, e as inscrições permanecem abertas. Para participar, basta preencher o [formulário disponível aqui](#). O evento será realizado no auditório da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos no estado da Bahia, em Salvador - Av. Jequitaia, 7 - Comércio, Salvador - BA, 40.015-902.

A abertura acontecerá no dia 24, às 14h30. Na mesma tarde, será proferida a palestra magna e realizado o primeiro painel, que se propõe a debater procedimentos para o fortalecimento do respeito e da conduta ética no serviço público, considerando a diversidade racial, de gênero, orientação sexual e demais grupos minoritários. No dia 25, os debates voltam-se a discutir a ética como um dos pilares para a integridade e os desafios na gestão da ética. [Acesse aqui a programação completa](#).

Além dos painéis, o encontro prevê uma manhã dedicada às comissões de ética setoriais, com atividade prática e conversa com o

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>

Presidente e a Secretária-Executiva da CEP. Todos os integrantes do SGEP estão convidados a prestigiar, mesmo aqueles que se encontram fora das regiões Norte e Nordeste.

Encontros Regionais do SGEP

Os [encontros regionais do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal \(SGEP\)](#) têm como objetivo promover a cooperação técnica e a troca de conhecimento entre as comissões setoriais, bem como avaliar a qualidade da gestão da ética nos órgãos e entidades públicas federais. Os eventos são palco de debates relacionados à ética e gestão da ética pública, envolvendo agentes públicos e especialistas, além de oportunidade para compartilhamento de experiências e instrumentos de consolidação da cultura ética no Poder Executivo federal, considerando a realidade dos órgãos e entidades das regiões envolvidas.

BOAS PRÁTICAS

Projetos inscritos no IX Concurso de Boas Práticas seguem para avaliação

As inscrições para o [IX Concurso de Boas Práticas](#) encerraram-se no dia 30 de julho e os projetos inscritos serão agora encaminhados para avaliação. Nesta edição, as boas práticas inscritas



serão analisadas pelo Conselheiro da CEP Bruno Espiñeira, pela Conselheira Kenarik Boujikian, e pela Secretária Executiva do Colegiado, Clarice Knih.

Foram contabilizadas 20 práticas inscritas de 16 comissões de ética de órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

Para a classificação, serão analisados os seguintes critérios:

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>

- I - Eficácia: capacidade da prática em gerar efeitos positivos nas políticas públicas ou nos processos de trabalho da organização, podendo ser: benefícios efetivos da iniciativa para o público (o cidadão, ou comunidades, ou população-alvo específica) ou para o governo (o próprio servidor público, ou melhorias em processos de trabalho do órgão ou da entidade específico).
- II - Potencial de difusão: possibilidade de aplicação em outras situações ou instituições semelhantes; praticidade, facilidade e viabilidade de implementação (incluídos aqui o custo administrativo de implementação e baixa burocratização dos processos em relação aos benefícios decorrentes da prática), permitindo o aproveitamento da experiência ou adaptação da iniciativa a outros órgãos.
- III - Originalidade: não se detendo somente ao fato de a prática ser inédita, mas também à capacidade inventiva para a resolução de problemas. A inventividade pode estar associada ao conteúdo em si ou à forma com que a prática foi executada.
- IV - Comunicação: divulgação adequada ao público-alvo; demonstração do alcance da prática interna e externamente ao órgão ou entidade, conforme a natureza da prática; uso de linguagem simples e acessível no desenvolvimento e divulgação da prática.

Serão premiadas duas práticas em cada categoria, sendo "A" referente às instituições pertencentes à Administração Direta federal, universidades federais e institutos federais de ensino e "B" referente às empresas estatais e demais autarquias e fundações públicas federais, totalizando quatro práticas premiadas. O prêmio, de caráter simbólico, está previsto para ser entregue durante o XXIV Seminário Ética na Gestão.

Concurso de Boas Práticas

A iniciativa busca promover a difusão e o intercâmbio de práticas de gestão e educação para a ética, dando visibilidade às ações desenvolvidas pelas Comissões de Ética setoriais integrantes do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo federal, bem como reconhecer seu papel educador, além de estimular a reflexão sobre o papel e a importância da ética na Administração Pública, de maneira a contribuir

para a prevenção de condutas incompatíveis com o padrão ético desejável para o desempenho da função pública.

Acesse o edital da edição de 2023 [clikando aqui](#). Para mais informações, acesse a [página do Concurso](#).

INFORMES

Reta final da 25ª Avaliação do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal



Entramos na reta final da coleta de dados para a 25ª Avaliação do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. Até o dia 10 de agosto, 161 comissões de ética setoriais integrantes do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (SGEP) responderam o questionário de avaliação, que solicita informações sobre a atuação dos colegiados de janeiro a dezembro de 2022.

Dada a relevância das informações para acompanhamento do Sistema, o formulário permanece aberto até o dia 21 de agosto (acesse aqui: <https://forms.gle/ftnLDMsSGrnQrQha7>) para que as comissões que ainda não responderam, forneçam seus dados. Após esse período, a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública encaminhará ofício às autoridades dos órgãos cujas comissões não responderam à Avaliação, atendendo ao art. 6º, inciso II do Decreto nº 6029/2007:

Art. 6º É dever do titular de entidade ou órgão da Administração Pública Federal, direta e indireta:

(...)

II - conduzir em seu âmbito a avaliação da gestão da ética conforme processo coordenado pela Comissão de Ética Pública.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>

Após o prazo final de resposta, os dados serão consolidados para atualização do [Painel Gerencial do SGEP](#). Além de servirem de subsídio para atualização do Painel Gerencial, a partir dos dados coletados, a CEP, juntamente com sua Secretaria-Executiva, será capaz de traçar um diagnóstico da situação do Sistema de Gestão da Ética Pública e propor ações e melhorias que perceber necessárias.

Painel Gerencial do SGEP

Construído para ser uma ferramenta de transparência ativa, o painel está disponível na página da CEP para acesso a qualquer cidadão, com informações públicas sobre as comissões de ética setoriais dos órgãos e instituições do Poder Executivo federal, tanto em relação ao cadastro e formas de contato - e-mail, telefone, endereço e horário de funcionamento -, como acerca da atuação dos colegiado a cada ano – a partir de 2021.

O objetivo do Painel é apresentar interativamente o cenário da gestão da ética no serviço público federal, com indicação, inclusive, do nível de maturidade dos órgãos e instituições públicas em relação à gestão interna da ética.

Encerrados mandatos de dois conselheiros da CEP



Os conselheiros Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega e Francisco Bruno Neto, designados por meio dos [Decretos de 7 de agosto de 2020](#) para exercer a função de membros da Comissão de Ética Pública, após

relevante atuação por três anos, tiveram seus mandatos encerrados no dia 11 de agosto.

Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega é professor universitário e Mestre em Direito. Já ocupou o cargo de Corregedor-Geral da União/CGU e foi Conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Atuou como advogado no mercado de capitais e no ramo de seguros. Atualmente, é Corregedor-Geral da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) e servidor de carreira da CGU.

Na CEP, Antonio Carlos foi responsável pela relatoria de 149 consultas de conflito de interesses e 96 processos de apuração ética. O ex-Conselheiro também foi Presidente do Colegiado de novembro de 2021 a novembro de 2022, quando foi sucedido pelo atual Presidente, Edson Leonardo Dalescio Sá Teles.

Francisco Bruno Neto é advogado, professor universitário especializado em Direito Público (subárea de concentração em Direito Constitucional), Perito Judicial na especialidade de Direito Público. Exerceu a função de Presidente da Comissão Processante para Procedimento Administrativo do Ministério da Educação (MEC) e atuou como Corregedor Administrativo da Secretaria de Administração Penitenciária no Estado de São Paulo (SAJ); Consultor Jurídico da Secretaria da Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP; Assistente Parlamentar na Câmara Municipal de São Paulo, Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Municipal de Araçariguama/SP. Assessor na Presidência da Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Consultor (contrato) da Unesco na área de Educação Superior. Foi membro titular do Conselho de Administração da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). Membro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR) e Chefe da Assessoria Jurídica da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP).

Como Conselheiro, Francisco Bruno foi responsável pela relatoria de 131 consultas de conflito de interesses e 70 processos de apuração ética.

Com o fim de seus mandatos, os Conselheiros se juntam a um seleto grupo de brasileiros e brasileiras que contribuiram voluntariamente com seu tempo, dedicação e compromisso ao desenvolvimento de uma cultura ética perene no Estado brasileiro.

Inscrições abertas para duas turmas do Curso de Gestão e Apuração da Ética – AVANÇADO

Estão abertas as inscrições para duas turmas do [curso de Gestão e Apuração da Ética – AVANÇADO](#), ofertado pela Comissão de Ética Pública (CEP), em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Cada turma disponibiliza 35 vagas.

A primeira turma, com **inscrições abertas até 20 de agosto**, acontecerá de **28 de agosto a 1º de setembro, das 8h30 às 11h30**. Já a segunda está com **inscrições abertas até 3 de setembro** e as aulas serão ministradas de **11 a 15 do mesmo mês, das 14h30 às 17h30**. O curso acontece na modalidade remota, ou seja, em uma sala virtual, por meio do aplicativo de videoconferência Zoom, na qual participantes e professor irão se encontrar nos dias e hora marcados. As vagas disponíveis são prioritariamente para membros e secretários(as)-executivos(as) de comissão de ética e é necessário que o inscrito tenha concluído o curso de [Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública](#), na modalidade EaD, disponível na página da ENAP, que pode ser feito a qualquer momento, e o curso de Gestão e Apuração da Ética – BÁSICO.

Os principais tópicos a serem abordados nas aulas são:

- Conflito de interesses: Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI), processo de Consulta de Conflito de Interesses na CEP, medidas mitigatórias, condicionantes e punições;
- Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP);
- Conflito no ambiente de trabalho: possíveis soluções, aplicação da comunicação não violenta e escuta-ativa;
- Técnicas de Mediação para resolução de conflitos;
- Processo ético.

Trilha de Aprendizagem da Ética

A [trilha de aprendizagem da Ética](#) inicia-se com o curso de [Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública](#), na modalidade EaD, que pode ser feito a qualquer momento, inclusive antes do ingresso de um membro em uma comissão de ética.

O curso Básico de Gestão e Apuração da Ética Pública, que aborda tópicos como Educação para a Ética; Prevenção, Gestão e Avaliação da Ética; Processo de Apuração Ética; entre outros, é o segundo na Trilha de Aprendizagem para membros das CES, seguido do curso Avançado.

Representante da SECEP profere palestra no Encontro de avaliação do Censo promovido pelo IBGE



A Coordenadora-Geral do Sistema de Gestão da Ética Substituta, Ana Maria Machado Marques, participou como palestrante, no dia 1º de agosto, do 2º Encontro Nacional de Avaliação Técnica do Censo Demográfico 2022, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A convite do Gerente de Integridade do IBGE, Willyam Silva, Ana Maria tratou sobre diferentes tipos de assédio, suas causas e consequências, tema fundamental nas relações de trabalho e no dia a dia da sociedade, com intuito de conscientizar os presentes sobre o assunto. Na ocasião, o presidente interino do IBGE, Cimar Azeredo, subiu ao palco para reconhecer a importância da discussão do tema e agradecer a presença da Coordenadora-Geral.

O Encontro reuniu em Brasília, de 31 de julho a 2 de agosto, mais de mil servidores do IBGE, entre representantes das coordenações censitárias de todos os 26 estados e do Distrito Federal, superintendentes estaduais, coordenadores de área, membros da direção do Instituto e convidados.



Também receberam a equipe da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública os membros da Comissão de Ética do IBGE Raissa Madureira e Antonio Caminada.

FALA, COMISSÃO!

Comissão de Ética da Universidade Federal de Uberlândia promove Seminário sobre Ética no Ambiente Acadêmico

A Comissão de Ética da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) realizará, no dia 22 de agosto, às 10h, o Seminário sobre Ética no Ambiente Acadêmico (SEMEAR). O evento tem como objetivo orientar sobre a importância da ética nos diferentes espaços de convívio acadêmico auxilia na prevenção de ocorrência de violações de conduta ética e desempenha um papel fundamental na detecção e correção de tais violações.

A abertura do encontro será realizada por Valder Steffen Junior, Professor de Engenharia Mecânica e Reitor da UFU. Em seguida, Carla Rodrigues Cotta, Diretora de Responsabilização de Agentes Públicos da Corregedoria-Geral da União, proferirá a palestra "O que acontece quando a gente não se cala?". A mediação do evento será feita por Gilvane Gonçalves Corrêa, Presidente da Comissão de Ética da UFU.

O Seminário é online e gratuito e será transmitido no Canal da UFU: <https://www.youtube.com/c/canaldaufu>. Mais informações na página da Universidade: <https://eventos.ufu.br/ceufu/seminario-sobre-etica-no-ambiente-academico>

Sua Comissão de Ética tem promovido ações e/ou eventos relacionados à Ética?

Envie para o e-mail eticase@presidencia.gov.br ações, cursos, seminários, encontros, palestras ou oficinas de interesse da Rede de Ética Pública. **Mostre as ações de sua Comissão e vamos juntos disseminar a cultura da Ética no serviço público.**



EXPEDIENTE

**Boletim Informativo do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal
produzido pela Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética da Secretaria-
Executiva da Comissão de Ética Pública**

Edição 61 – Agosto de 2023

Secretária-Executiva

Clarice Knihs

Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética

Ana Maria Machado Marques (Coordenadora-Geral Substituta)

Débora Cristina Soares Santos

Eliane de Godoi Menezes

Natália Roberta de Sousa Morato

Roméa Almeida Ribeiro

Sara Neves Rozendo (Estagiária)

Textos

Natália Morato

Diagramação

Natália Morato

Minuto da Ética

Roméa Almeida Ribeiro e Clarice Knihs,
com contribuições de Ana Maria Machado e Natália Morato

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>



MINUTO DA ÉTICA

Boletim da Rede Ética do Poder Executivo Federal

Agosto/2023

Verdadeiros pais: inspiração para a Ética

Estamos em agosto, mês dos pais, quando muitas famílias se reúnem para festejar o momento junto aos seus familiares. A data, idealizada pelo publicitário Sylvio Bhering, foi celebrada pela primeira vez no dia 16 de agosto de 1953.

Nas relações familiares, a figura paterna remete à segurança e proteção, na maior parte dos casos. Antigamente, em sua grande maioria, o papel do pai era ser o provedor da família e pronto! Atualmente, principalmente nas famílias mais jovens, é mais comum encontrar pais e mães que compartilham as tarefas em relação aos filhos. Com isso, percebe-se presença mais constante dos homens na família, ao tomarem consciência da importância de fazer parte da vida dos filhos em todos os aspectos, apesar do trabalho adicional que possa vir junto. Não é fácil, mas vale a pena!

Assim como o pai moderno, também nós devemos entender que nossa dedicação ao trabalho é compartilhada com todos que fazem parte da instituição, como se fôssemos uma grande família. É nosso dever inspirar segurança e proteção ao cidadão e colegas, sempre que formos procurados. Paralelamente, o Código de Ética do Poder Executivo Federal nos inspira a sermos como bons pais, ao nos incentivar a tratar o usuário do nosso serviço ou nosso colega com urbanidade e cortesia:

“XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

(...)

e) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;

f) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;

g) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público,..”.

Você, que tem filhos ou não, já teve a oportunidade de ser um porto seguro para alguém no trabalho? Orientou com paciência alguém mais jovem ou inseguro? Ou se lembra de alguém que tenha passado essa segurança para você durante seu aprendizado ou ao enfrentar uma tarefa mais difícil? Se a resposta foi sim, então, parabéns! O seu caminho profissional está sendo trilhado com o sentimento de solidariedade que permeia a figura dos verdadeiros pais. Isso é ética na prática!

Nesse mês, a Comissão de Ética **do(a) [órgão/instituição]** parabeniza todos os pais e colegas que sabem agir como “pais”, se a situação exigir. Conte conosco para aprender mais sobre a ética e, assim, fortalece-la em nosso **órgão/instituição**.